

Oposição e aliados criticam proposta de adiar recesso

10 JUN 2001

CHRISTIANE SAMARCO

BRASÍLIA - O debate em torno do recesso parlamentar de julho está ganhando contornos de crise política no Congresso. Levada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na terça-feira, pelos presidentes da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), e do Senado, José Sarney (PMDB-AP), a sugestão de manter o Legislativo em funcionamento no mês que vem foi bem recebida no Palácio do Planalto. O problema é que a oposição se recusa ao trabalho extra para atender aos interesses do governo e os partidos aliados estão divididos, por causa da suspeita de que a iniciativa não passa de um artifício para votar de novo a proposta que permitiria a reeleição no comando do Congresso.

"Usar um argumento desses contra a proposta de se adiar o recesso não é falta de confiança, é malandragem", reagiu, indignado, o líder do governo na Câmara, Professor Luizinho (PT-SP). Defensor do expediente em julho para votar um conjunto de projetos importantes para acelerar o crescimento da economia, Luizinho nega qualquer manobra para aproveitar a mobilização e levar a voto a proposta de emenda constitucional da reeleição, rejeitada na Câmara em 19 de maio. "Essa pauta será pré-acordada entre os líderes partidários e, sendo um acordo, um fator desagregador como esse não entra."

Não é o que pensam o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), e seus aliados, que trabalham para elegê-lo presidente do Senado. "Acho que devemos manter a tradição do recesso", opina o líder peemedebista na Câmara, José Borba (PR), que também não apóia a idéia da prorrogação dos trabalhos. Para boa parte deste grupo, a única formula admissível seria uma autoconvocação do Congresso, que teria uma pauta oficial predefinida, com a reeleição fora.

ESTADO DE SÃO PAULO